



**GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL**



**PLANO MUNICIPAL DE PREPARAÇÃO E RESPOSTA ÀS EMERGÊNCIAS EM
SAÚDE PÚBLICA (PPR-ESP)**

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ

EMANCIPAÇÃO EM 29 DE MARÇO DE 1992 (31 ANOS)

PREFEITO MUNICIPAL

CLÉZIO JOSÉ FORTUNATO

VICE-PREFEITO

JAIME ANTONIO DE SOUZA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

JAIME ANTONIO DE SOUZA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

MARIO REDMERSKI

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS

LIRIO REINERT

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

TEREZINHA APARECIDA DOS SANTOS

PONTO FOCAL DO VIGIDESASTRES MUNICIPAL

PAULO ROSINSKI

2023



LISTA DE ABREVIÇÕES

SUS - Sistema Único de Saúde
PPR-ESP – Plano Municipal de Preparação e Respostas às Emergências em Saúde Pública
CPRM - Serviço Geológico do Brasil
COBRADE - Classificação e Codificação Brasileira de Desastres
INMET- Instituto Nacional de Meteorologia
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
ESP- Emergência em Saúde Pública
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
PNPDEC - Política Nacional de Proteção e Defesa Civil
SINPDEC – Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil
CONPDEC – Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil
ESPIN – Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional
ESPIL – Emergência em Saúde Pública de Importância Local
ESPIE – Emergência de Saúde Pública de Nível Estadual
ESPII - Emergência de Saúde Pública de Nível Internacional
FN/SUS - Força Nacional do Sistema Único de Saúde
PNVS - Política Nacional de Vigilância em Saúde
COES - Centro de Operações de Emergência em Saúde.
RSI - Regulamento Sanitário Internacional

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Localização de São João do Itaperiú no mapa de Santa Catarina.
Figura 2 - População de São João do Itaperiú.
Figura 3 - Pirâmide Etária.
Figura 4 - Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).
Figura 5 - Salário Médio Mensal dos Trabalhadores formais.
Figura 6 - Índice de Precipitação pluviométrico em São João do Itaperiú.
Figura 7 - Síntese dos setores de risco alto e muito alto em São João do Itaperiú.
Figura 8 - Mapa de hidrografia de São João do Itaperiú.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População por faixa etária e sexo.
Tabela 2 - Serviços públicos da rede de saúde.
Tabela 3 - Desastres Naturais e Antropogênicos ocorridos nos últimos dez anos.
Tabela 4 - Caracterização das etapas da gestão de risco em desastres.
Tabela 5 - Classificação e Codificação Brasileira de Desastres (COBRADE).
Tabela 6 - Redução de riscos.
Tabela 7 - Níveis de resposta.
Tabela 8 - Recuperação.
Tabela 9 - Lista de representantes da Secretaria Municipal da Saúde.



ANEXOS

Anexo I - Equipamentos e máquinas da Secretaria de Obras, Estradas e Serviços Urbanos.

Anexo II - Contatos interinstitucionais

1. Revisões do PPR-ESP

Revisões	Datas	Alterações	Responsável (eis)
Revisão 0			
Revisão 1	30/01/2024	Inserir informações	Equipe Multisetorial
Revisão 2			
Revisão 3			

2. Compartilhamento do plano via site:

Site Oficial da Prefeitura Municipal:

<https://saojoaodoitaperiu.atende.net/cidadao>

3. Responsáveis pela aplicação do PPR-ESP

Função	Nome	e-mail	Telefone (s)
Secretário Municipal de Saúde	Jaime Antonio de Souza	saude@pmsji.sc.gov.br	34580010
Ponto focal municipal do VIGIDESASTRES (Fiscal sanitaria)	Paulo Rosinski	visa@pmsji.sc.gov.br	34580023



4. Equipe de elaboração do PPR-ESP

Integrantes
I. Michele Moreira Gonçalves
II. Isa Hermann
III. Dilvo Tadeu Pereira
Colaboradores
I. Anderson Duarte
II. Paulo Rosinski

5. LISTA DE ABREVIATURAS

SUS - Sistema Único de Saúde
PPR-ESP – Plano Municipal de Preparação e Respostas às Emergências em Saúde Pública
CPRM - Serviço Geológico do Brasil
COBRADE - Classificação e Codificação Brasileira de Desastres
INMET- Instituto Nacional de Meteorologia
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
ESP- Emergência em Saúde Pública
EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
PNPDEC - Política Nacional de Proteção e Defesa Civil
SINPDEC – Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil
CONPDEC – Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil
ESPIN – Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional
ESPIL – Emergência em Saúde Pública de Importância Local
ESPIE – Emergência de Saúde Pública de Nível Estadual ESPII - Emergência de Saúde Pública de Nível Internacional
FN/SUS - Força Nacional do Sistema Único de Saúde
PNVS - Política Nacional de Vigilância em Saúde
COES - Centro de Operações de Emergência em Saúde.
RSI - Regulamento Sanitário Internacional



6. SUMÁRIO

Apresentação	6,7
1. Objetivo	7
1.1 Objetivo Geral	7
1.2 Objetivo Específico	8
2. Marco Legal e Normativo	8,9,10
3. Caracterização do Município	10
3.1 Aspectos Socioeconômicos	10,11,12
Figura 1.	13
Figura 2	14
Figura 3	15
Figura 4	16
Figura 5	17
3.2 Atividades Econômicas	18
3.3 Dimensões Econômicas	18
3.4 Características Físicas	19
3.4.1 Clima	19
3.4.2 Pluviometria	19
3.4.3 Pedologia	19,20,21
3.4.4 Hidrografia	22
3.5 Saúde	22
3.6 Assistência Social	23
3.7 Segurança	24
3.8 Obras	24
4. Histórico de Desastres Naturais e Antropogênicos	25,26
5. Gestão de risco em desastres	27
6. Caracterização das etapas da gestão de risco em desastres.	27,28
7. Redução de riscos	29,30,31,32,33
8. Respostas	34
8.1 Recuperação	35
9. Organização da resposta às emergências em saúde pública.	36
9.1 Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)	36
9.2 Sala de situação	36



9.3 Lista de representantes da SMS.	36,37
10. Informações a população	37
11. Capacitações	38
12. Anexos	39
12.1 Lista de equipamentos e maquinas	39
12.2 Contatos interinstitucionais	40

APRESENTAÇÃO

O objetivo principal deste Plano Municipal é propor um sistema de integração dos riscos de desastres e prevenção. Estes constituem um tema cada vez mais comum no cotidiano das pessoas, independentemente destes se localizarem ou não em áreas de risco.

São resultados de eventos excepcionais, sendo eles naturais ou provocados pelo homem, podendo causar danos humanos, materiais e ambientais e conseqüentes prejuízos econômicos e sociais.

No grupo dos desastres naturais, estão os terremotos, as emanações vulcânicas, os movimentos de massa, erosões, enxurradas e alagamentos.

No grupo dos desastres provocados pelo homem estão os incêndios, contaminação de rios, petróleo no mar, acidentes nucleares, rompimento de barragens, entre outros.

No Município de São João do Itaperiú os desastres que ocorreram em maior proporção foram vendavais, enxurradas e alagamentos.

Sua intensidade depende muito da interação entre a magnitude do evento e a vulnerabilidade do sistema, sendo quantificada em função dos danos e prejuízos ocorridos, podendo inclusive dificultar o acesso da população ao serviço de saúde.



Devido à característica rural do Município, doenças como leptospirose, hantavirose, hepatite A e dengue, podem ser agravados após os eventos climáticos.

A gestão de risco de desastres exige um processo de antecipação, planejamento e preparação para resposta, envolvendo os diferentes setores e esferas de governo. Nesse processo, a organização no município é fundamental, já que situações ocorrem no território e o município é o primeiro a responder. Desse modo, os desafios são muitos e exigem que o município planeje, organize e mantenha um plano de resposta aos desastres, integrando as estratégias já existentes do setor saúde e as lições aprendidas no passado com eventos similares.

O Programa VIGIDESASTRES baseia-se nas diretrizes e princípios do Sistema Único de Saúde e é composto de modelo, campo e forma de atuação, com proposta de ações básicas e estratégicas, competências e atribuições para os três níveis de governo. Sua gestão compete à Coordenação Geral de Vigilância em Saúde Ambiental da Secretaria de Vigilância em Saúde - SVS/MS, no nível federal, e às Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde nos estados e municípios.

Os desastres podem afetar a saúde pública sob diversos aspectos:

- Provocam um número inesperado de mortes, ferimentos ou enfermidades e congestionam os serviços locais de saúde;
- Danificam a infraestrutura local de saúde e alteram a prestação de serviços de rotina e ações preventivas, com graves consequências em curto, médio e longo prazo, em termos de morbimortalidade;
- Comprometem o comportamento psicológico e social das comunidades;
- Causam contaminação dos alimentos e sua consequente escassez, com graves consequências à saúde tanto orgânicas quanto nutricionais;
- Provocam deslocamentos espontâneos da população, acarretando risco epidemiológico;
- Aumentam a exposição climática da população desabrigada;
- Destroem ou interrompem os sistemas de produção e distribuição de água para consumo humano;
- Danificam os sistemas de esgotamento sanitário favorecendo a proliferação de vetores nocivos à saúde;
- Interrompem os serviços de coleta, transporte e tratamento de resíduos sólidos, incluindo os de serviços de saúde e comprometem os serviços de limpeza urbana;



- Aumentam o risco de ocorrência de doenças transmissíveis.

1. Objetivos

1.1 Objetivo Geral

Manter o acolhimento à população atingida pelos eventos adversos, bem como intensificar ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde, buscando minimizar o impacto e os riscos de agravos à saúde da população decorrente das situações adversas provocados por desastres naturais sobre a saúde pública.

1.2 Objetivos Específicos

- Monitorar, através de sua área específica de Vigilância Sanitária, os eventos meteorológicos, geológicos e hidrológicos, além de outros relacionados a estes e potencialmente causadores de desastres naturais;
- Produzir, baseado nos boletins dos órgãos responsáveis, alertas antecipados aos servidores e responsáveis pela saúde pública local, sobre a possibilidade de ocorrência de desastres naturais, com a finalidade de preparar a estrutura de saúde do município para resposta rápida aos eventos;
- Identificar e mapear, através das áreas específicas, as áreas de risco, as ameaças, as suscetibilidades e as populações vulneráveis aos desastres naturais de modo a evitar ou reduzir sua ocorrência ou recorrência.

2. Marco legal e normativo

Para embasamento das ações propostas neste PPR-ESP, foi realizada pesquisa exploratória sobre o arcabouço legal vigente, contendo as ações coordenadas de gerenciamento dos riscos e dos impactos dos desastres. Diante disso, o arcabouço legal está apresentado a seguir:

- Lei nº 8.080 do SUS (1990): Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.



- Portaria nº 1.172 (2004): Competências da União, Estados, Municípios e Distrito Federal na área de Vigilância em Saúde; Política Nacional de Atenção às Urgências (2006).
- Lei nº 12.187 (2009): Regulamentado pelo Decreto nº 7.390, de 09 de dezembro de 2010, institui a Política Nacional sobre Mudança do Clima.
- Portaria nº 4.279 (2010): Estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Decreto nº 7.257(2010): Inclui o Setor Saúde na composição do Sistema Nacional de Defesa Civil, sob articulação, coordenação e supervisão técnica da Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional.
- Decreto nº 7.616 (2011): “Dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional – ESPIN e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde – FN/SUS”.
- Portaria nº 2.952 (2011): Regulamenta no âmbito do SUS o Decreto nº 7.616, de 17 de novembro de 2011, que dispõe sobre a declaração de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) e institui a Força Nacional do Sistema Único de Saúde (FN/SUS).
- Decreto nº 7.535 (2011): Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - “ÁGUA PARA TODOS”.
- Portaria GM/MS nº 888 (2021): Altera o Anexo XX da Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os procedimentos de controle e de vigilância da qualidade da água para consumo humano e seu padrão de potabilidade.
- Lei nº 12.608 (2012): Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis n.º 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências.
- Decreto nº 7.508 (2011): Regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências.
- Portaria nº 1.378 (2013): Regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para a execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária.



- Portaria nº 2.436 (2017): Aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes para a organização da Atenção Básica, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).
- Resolução nº 588 (2018): Estabelece a Política Nacional de Vigilância em Saúde (PNVS).
- Portaria nº 188 (2020): “Declara Emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da Infecção Humana pelo novo Coronavírus (2019-nCoV)”.
- Decreto nº 10.212 (2020): “Promulga o texto revisado do Regulamento Sanitário Internacional, acordado na 58ª Assembléia Geral da Organização Mundial de Saúde, em 23 de maio de 2005”. No documento “Implementação do Regulamento Sanitário Internacional (RSI)” referente à 72ª Sessão do Comitê

Regional da OMS para as Américas, “a pandemia de COVID-19 materializa o evento agudo de saúde pública com repercussões internacionais para o qual o mundo vem se preparando, ou tentando se preparar, durante as duas últimas décadas”.

- Portaria SES nº 614 (2021): visa “instituir o Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES), destinado a integrar as ações e serviços de saúde”.
- Portaria SES nº 615 (2021): visa “aprovar o Regimento Interno do Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)”.
- Portaria Nº 260 (2022): Estabelece procedimentos e critérios para o reconhecimento federal e para a declaração de situação de emergência ou estado de calamidade pública pelos Municípios, Estados e Distrito Federal.
- A Portaria GM/MS Nº 874 (2021), dispõe sobre o kit de medicamentos e insumos estratégicos para a assistência farmacêutica às Unidades da Federação atingidas por desastres.
- A Nota Técnica Conjunta nº 06/2022 DIVS/DIAF/SES/SC, estabelece o fluxo de distribuição do kit de medicamentos e insumos estratégicos aos municípios de Santa Catarina atingidos por desastres.

3. Caracterização do Município

3.1 Aspectos Socioeconômicos

São João do Itaperiú é um município brasileiro do Estado de Santa Catarina. Localiza-se a uma “latitude 26°37’04” sul e a uma longitude 48°46’05” oeste, estando a uma altitude de 13 metros. Possui uma área de 151,42 km², fazendo divisa com os municípios de Araquari, Barra Velha, Guaramirim, Luiz Alves e Massaranduba.



Localiza-se próximo ao litoral, em meio a grandes cidades e centros econômicos do Norte Catarinense e Vale do Itajaí, como Joinville, Jaraguá do Sul, Blumenau e Itajaí. Próximo aos quatro grandes portos de Itajaí, Itapoá, Navegantes e São Francisco do Sul; e dos aeroportos de Joinville e Navegantes. Seu principal acesso é a Rodovia SC 415, que corta o município ligando Barra Velha à Massaranduba. Sua população em 2022 é de 4.463 habitantes.

São João do Itaperiú destaca-se na agricultura familiar e na indústria de frigoríficos de pequeno e médio porte, contando com quatro abatedouros de carne bovina, um abatedouro de carne ovina e uma distribuidora de carnes. Essa característica conferiu ao município o título de Capital Catarinense da Carne Bovina e Ovina, por meio da Lei Estadual 16.328/2014.

Na agricultura, o cultivo e comércio de banana é a atividade de subsistência de grande parte dos produtores rurais de São João do Itaperiú, estando o município entre os maiores produtores deste fruto no estado de Santa Catarina. Segundo dados de 2013 do IBGE, São João do Itaperiú é o quinto maior produtor de banana do estado, com uma produção de 37.500 toneladas, ficando atrás apenas dos municípios de Corupá, Luís Alves, Massaranduba e Jaraguá do Sul.¹

A produção de arroz também é uma atividade importante para a economia de São João do Itaperiú, com uma produção de 8.960 toneladas². Nas pequenas propriedades, verifica-se também a produção de farinha.

Outras atividades de destaque no município são o reflorestamento, principalmente das espécies pinus e eucalipto, e o cultivo de palmáceas. Cerca de 140 hectares de palmeiras são cultivados no município, uma média de 1.800.000 (um milhão e oitocentos mil) pés, gerando uma receita de R\$ 2 milhões por ano, entre todas as famílias produtoras³.

Potencialidades

São João do Itaperiú está localizado nas proximidades do litoral, distante 10 km da cidade de Barra Velha e apenas 5 km da BR 101, a mais importante rodovia litorânea do Brasil. Seu acesso principal é a Rodovia SC 415, tanto para quem



chega de Massaranduba (via SC 108) quanto para quem chega de Barra Velha (via BR 101). A Rodovia SC 415 é pavimentada e cruza a cidade, representando uma importante via de ligação do Vale do Itapocu com o litoral.

O município localiza-se em meio a grandes cidades e centros econômicos do Norte Catarinense e Vale do Itajaí: Joinville, Jaraguá do Sul, Blumenau e Itajaí. Além disso, está próximo de quatro grandes portos: Itapoá, São Francisco do Sul, Navegantes e Itajaí; e dos aeroportos de Joinville e Navegantes.

A região do Norte Catarinense e Vale do Itajaí têm apresentado grande crescimento nos últimos anos. Mais recentemente, a vinda da montadora BMW para a cidade vizinha de Araquari deve causar grande impacto para economia de toda a região, incluindo São João do Itaperiú, distante apenas 22 km da nova fábrica da empresa no Brasil.

Fontes:

¹<http://cod.ibge.gov.br/3XAW6>

²<http://cod.ibge.gov.br/3UM7A>

³Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente



Figura 1. Localização de São João do Itaperiú no mapa de Santa Catarina



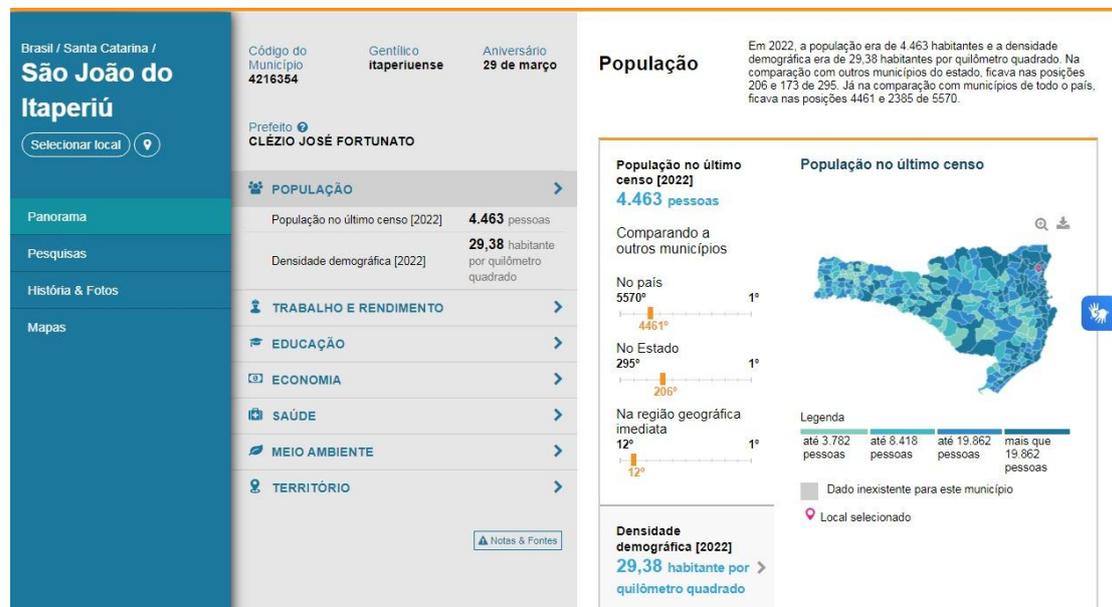
Fonte:

https://pt.wikipedia.org/wiki/S%C3%A3o_Jo%C3%A3o_do_Itaperi%C3%BA#/media/Ficheiro:SantaCatarina_Municip_SaoJoaoItaperiu.svg



Figura 2. População de São João do Itaperiú segundo último censo (2022).

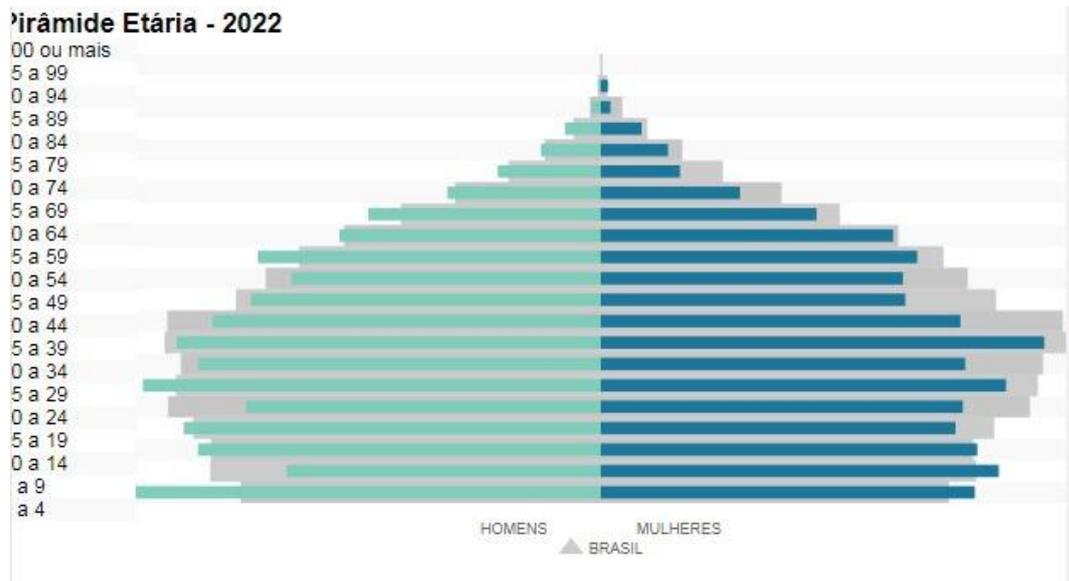
Em 2022, a população era de 4.463 habitantes e a densidade demográfica era de 29,38 habitantes por quilômetro quadrado. Na comparação com outros municípios do estado, ficava nas posições 206 e 173 de 295. Já na comparação com municípios de todo o país, ficava nas posições 4461 e 2385 de 5570.



Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/sao-joao-do-itaperiu/panorama>



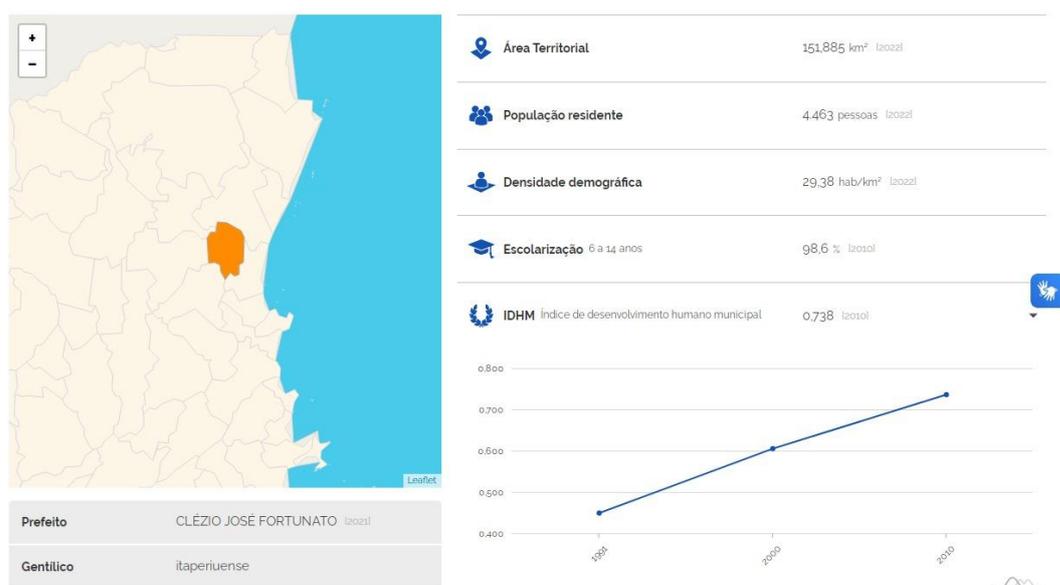
Figura 3. Pirâmide etária da população de São João do Itaperiú



Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/sao-joao-do-itaperiu/panorama>



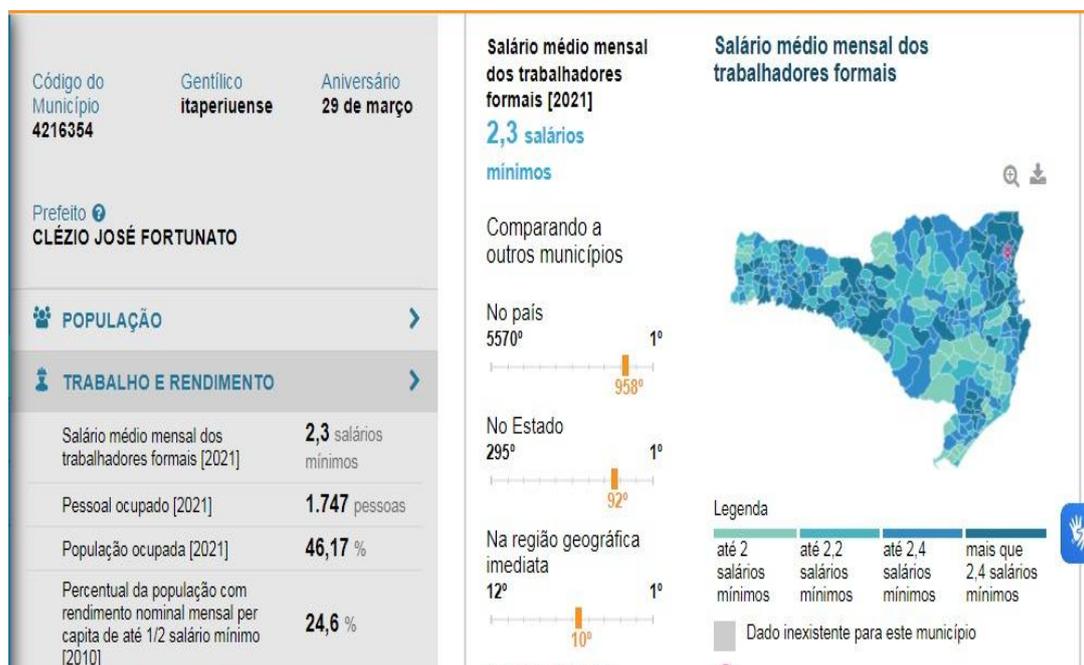
Figura 4. Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)



Fonte: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/sao-joao-do-itaperiu.html>



Figura 5. Salário médio mensal dos trabalhadores formais, 2021.



Em 2021, o salário médio mensal era de 2,3 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 46,17%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 92 de 295 e 32 de 295, respectivamente. Já na comparação com cidades do país todo, ficava na posição 958 de 5570 e 113 de 5570, respectivamente. Considerando domicílios com



rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 24,6% da população nessas condições, o que o colocava na posição 209 de 295 dentre as cidades do estado e na posição 5328 de 5570 dentre as cidades do Brasil.

3.2 Atividades Econômicas

Um dos municípios integrantes da macrorregião do Norte Catarinense, a economia de São João do Itaperiú tem como base o setor industrial. Ocupando uma extensão territorial superior a 151 km² e distante cerca de 138 km da capital, Florianópolis, o município abriga principalmente microempresas que fazem girar a economia. A indústria aparece como o principal setor na manutenção da empregabilidade da população local. Segundo a SANTUR em São João do Itaperiú as atrações são os produtos coloniais de qualidade produzidos na região. Merece atenção a Igreja de São João Batista e a Festa de São João, padroeiro da cidade. A celebração conta com comida típica, bailes, show pirotécnico e uma fogueira gigante com cerca de 30 metros.

Fonte: <https://datasebrae.com.br/municipios/sc/m/Sao%20Joao%20do%20Itaperiu%20-%20Cadernos%20de%20Desenvolvimento.pdf>

3.3 Dimensão Econômica

A Dimensão Econômica procura demonstrar os esforços da sociedade local em criar uma base econômica que seja capaz de garantir geração de riqueza e equidade social. Durante o processo de desenvolvimento sustentável a preocupação com a criação de condições, mecanismos e capacidades sociais, que permitam com que o município encontre seu lugar no mundo global, deve ser encarada como um desafio cotidiano. Somente o acompanhamento permanente de aspectos relevantes da



economia local pode permitir a necessária tomada de decisões e a correção de rumos em prol do desenvolvimento sustentável.

O Município de São João do Itaperiú apresenta índice Econômico de 0,62, o que representa um aumento de 1,47% em relação ao índice de 2014 (0,611), ou seja, houve acréscimo no processo de desenvolvimento sustentável. Este Município possui estágio de desenvolvimento Médio Baixo.

Fonte: SIDEMS - Elaboração: Rede SIDEMS

3.4 Características físicas

3.4.1 Clima

O clima na região da bacia hidrográfica do rio Itapocu é temperado chuvoso de ambiente úmido, com verões quentes e invernos rigorosos (Cfa), devido à proximidade com a Serra do Mar. Na porção mais alta, próxima à cabeceira da bacia do rio Itapocu, os invernos são mais rigorosos e na região mais baixa e plana os verões são quentes e úmidos (ALBUQUERQUE JUNIOR et al., 2018). A temperatura média anual na região de cabeceira da bacia é de 16,7°C e nos locais de menor altitude, a temperatura média anual é de 21°C (UNISUL, 2017). Segundo Albuquerque Junior et al. (2018), a distribuição das chuvas é considerada uniforme em toda a bacia hidrográfica, assim como a umidade relativa média do ano. Clima é do tipo mesotérmico úmido, com verão quente e média anual de 20,3° C.

3.4.2 Pluviometria

O período de maior precipitação ocorre durante o verão, entre os meses de dezembro e março. Por outro lado, o outono e o inverno são considerados mais secos, entre os meses de abril a agosto. A umidade relativa do ar média na bacia hidrográfica do rio Itapocu varia em torno de 87,18% a 88,13% e a precipitação anual é de 1.900 mm (STEINBACH; TOMASELLI; REFOSCO, 2015). No que diz respeito aos ventos, na região nordeste de Santa Catarina prevalecem os ventos oriundos das direções leste e nordeste no verão e no inverno, os ventos de sudeste



e sul (FATMA, 2002). Infelizmente em São João do Itaperiú, não temos uma estação pluviométrica oficial que possamos obter dados.

3.4.3 Pedologia

A degradação das bacias esta diretamente associada aos processos erosivos e sedimentológicos na forma de assoreamento, regimes de escoamento, retenção d'água e cheias; fenômenos esses ligados às áreas potenciais de alteração e às áreas fontes de suprimento. A produção, o transporte e a deposição de sedimentos, por sua vez, estão diretamente ligados à: tipos litológicos que emergem ou afloram nas regiões ou nos locais objeto da caracterização. Morfologia e declividade dos terrenos adstritos aos fenômenos envolvidos; cobertura vegetal presente na superfície exposta; grau de permeabilidade e de porosidade dos meios; especificidades e atitudes das estruturas geológicas. Como vemos, todo o processo erosivo esedimentológico está diretamente envolvido com a dinâmica externa e interna dos maciços terrosos e rochosos (terrenos), influenciando diretamente a degradação das bacias e a ocorrência de cheias.

A bacia hidrográfica analisada na área urbana e pré-rural da cidade sede do município de São João do Itaperiú expõe litologias pertencentes ao Complexo Granulítico de Santa Catarina que se constitui de rochas do embasamento cristalino na forma de gnaisses hiperstênicos quartzo-feldspáticos leuco a melanocráticos, subordinadamente gnaisses calcossilicáticos, quinzigitos, anortozitos, quartzitos fuchsíticos e formações ferríferas. Apresentamestruturas gnáissicas foliadas, bandadas, migmatíticas, raramente isotropas.

Do ponto de vista morfológico a região que abrange a cidade de São João do Itaperiú acha-se incluída no Domínio Geomorfológico do Embasamento em Estilos Complexos, na Região Geomorfológica das Serras do Leste Catarinense, nas Unidades Geomorfológicas da Serra do Tabuleiro/Itajaí. O relevo característico desse tipo de região é o relevo ondulado a montanhoso entremeados com planícies coluvio-aluvionares, por vezes desenvolvidas lateralmente, por vezes não, encaixadas estruturalmente, com rios de forte gradiente ao longo das encostas em seus cursos superiores e de baixo gradiente



ao longo das planícies entremeadas, que apresentam em pontos específicos pequenas corredeiras.

As rochas que dominam a região-os granulitos, do ponto de vista de intemperismo dão lugar, normalmente, da superfície do terreno até se alcançar a rocha “sã”, a um perfil vertical constituído de um solo maduro com uma espessura de 1,0m a 1,5m, argiloso, plástico, coesivo, impermeável, de cor marrom a marrom avermelhado, sobreposto a um horizonte de solo saprolítico com uma espessura da ordem de dezena de metros, silto argiloso, pouco plástico, pouco coesivo, incoerente, friável, medianamente poroso e medianamente permeável, de cor marrom avermelhado, sobreposto a um horizonte de saprólito, igualmente siltico argiloso, pouco plástico, pouco coesivo, medianamente coerente, pouco poroso e pouco permeável, com a espessura também da ordem de dezena de metros, também de cor avermelhada, que se segue a horizontes de rocha altamente intemperizada- R_{Ai}, a horizontes de rocha medianamente intemperizada-R_{Mi}, a horizontes de rocha levemente intemperizada-R_{Li} e a rocha “sã”.

Em termos de vegetação a área que inclui a cidade de São João do Itaperiú acha-se hoje destituída da sua vegetação natural original que outrora se constituía de Floresta Ombrófila Densa no seu estrato de Floresta Montana, que dá lugar a vegetação antrópica do tipo secundário sem palmeiras.

Do ponto de vista de trabalhamento os solos maduros são muito poucos susceptíveis a erosão superficial mesmo quando destituídos de vegetação, os solos saprolíticos são facilmente atacáveis pela erosão superficial, quando desvegetados e expostos aos agentes intempéricos e os saprólitos são pouco susceptíveis a erosão mesmo sem vegetação de cobertura. Os tipos de “erosão” mais freqüentes nos solos saprolíticos e saprólitos são a erosão linear e as rupturas do tipo queda de material na vertical e rupturas do tipo rotacionale translacional.

Dessa forma os terrenos que compõe a superfície de São João do Itaperiú e suas cercanias são pouco susceptíveis a erosão pluvial no que tange a ação dos agentes intempéricos sobre os solos maduros, a superfície é fragilizada quando a ação dos agentes intempéricos atua sobre os solos saprolíticos desvegetados e atenuada quando esses processos atuam sobre os saprólitos. O transporte e a



deposição de material particulado fino em suspensão é quase nulo quando a ação do intemperismo se dá sobre os solos maduros, é razoável

quando a ação dos agentes intempéricos atuam sobre os solos saprolíticos e insipiente quando se dá sobre os saprólitos. Nos três tipos de solos o transporte e a deposição de sedimentos finos é grande nos casos e nos locais onde os terrenos expostos sofrem rupturas do tipo que dá de material, ou rotacional ou translacional, o que leva a degradação do meio físico na área de influência do fenômeno. As áreas críticas vão se resumir a eventuais pontos onde as ações antrópicas ensejarem a possibilidade de ruptura dos terrenos e esses locais estiverem próximos de eventuais cursos d'água e/ ou da drenagens associadas. Como a morfologia mostra normalmente um certo gradiente de escoamento mesmo nas áreas mais planas não são divisados pontos de ocorrência de cheias.

3.4.4. Hidrografia

A principal bacia hidrográfica do Município de São João do Itaperiú é o Rio Itapocu. Além desse rio, o município é recortado por pequenos mananciais de água. Dentre eles, destaca-se o Rio Itaperiú, que deu origem ao nome do município e que desemboca no Rio Itapocu (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ, 2010).

Os afluentes do Rio Itapocu que nascem nas partes mais elevadas do município são:

Rio Itaperiú;

Córrego da Mantiqueira;

Ribeirão do Boi;

Ribeirão do Salto;

Braço da Santa Luzia;

Ribeirão da Lagoa ou Jacaré;

Ribeirão Santa Luzia ou do Alho.

3.5 Saúde

ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE:

- Unidade Básica de Saúde Central: Rua José Anastácio Machado, nº 70



- Unidade Básica de Saúde Ângela Duarte: Rua Romário de Souza Borges, Porto do Itaperiú
- Unidade Básica de Saúde Santo Antônio: Rua Odília de Borba, Santo Antônio
- Unidade Básica de Saúde Paulo Coelho: Rua Serafim Ronch, Santa Cruz
- Unidade Básica de Saúde Santa Luzia: Rua Antônio Mendes de Farias, Santa Luzia

URGÊNCIA E EMERGÊNCIA:

- PA de Barra Velha – referência
- PS do Hospital São José/ Jaraguá do Sul – referência

SAÚDE MENTAL:

- CAPS micro regional / Barra Velha – referência

3.6 Assistência Social

Secretaria Municipal de Assistência Social

Secretaria de Assistência Social – Teresinha Aparecida dos Santos

Rua Jose Bonifacio Pires, nº 434 – Bairro Centro

PROGRAMAS E PROJETOS DENTRO DO SISTEMA SUAS

- ✓ Proteção Social Básica – CRAS – telefone de contato (47) 3458 0560
- ✓ Serviço de convivência e fortalecimento de vínculos - SCFV: grupos de violão (gs clássicos) corte e costura (Eulália de sis ti), ginástica (Daniele de oliveira), karate (Luiz Sampaio) e o artesanato (Alessandra kniss).
- ✓ Programa de atendimento integral a família – PAIF: Técnicas – Mara Regina da Rocha Coutinho (Assistente Social) e Flavia Luiza dos Santos (Psicóloga). São realizadas visitas domiciliares, acompanhamentos de famílias, reuniões com famílias, cadastramento do cadunico, cadastramento do bolsa família, benefícios eventuais (cesta básica, auxilio natalidade e auxilio funeral).
- ✓ Gestão do SUAS – Telefone de contato (47) 3458 0010



- ✓ Conselho Municipal de Assistência Social;
- ✓ Conselho Municipal do Idoso;
- ✓ Conselho Municipal da Criança e Adolescente;
- ✓ Prestação de contas do governo federal e estadual referentes às contas do município do fundo municipal de assistência social (suas web/ cadsuas/ recurso estadual)
- ✓ Serviço Especializado da Assistência Social - Técnica Assistente Social Arlete Catarina Correa – casos de media complexidade – direitos violados

3.7 Segurança

Polícia Militar de Santa Catarina – Resp. Ailton de Oliveira - Sargento

Endereço: Rua Jose Romão de Souza, 470 - Centro - 88395-000, São Joao do Itaperiu-SC.

Delegacia de Polícia – Resp. Luis Fernando Propodoski – Policial Civil

Endereço: Rua Emma Delmonego, 109, São João do Itaperiú – SC.

3.8 Obras

Secretária Municipal de Obras – Lirio Reinert – Secretário

Endereço: SC-415 – Km 05 - Nº 2325 - Centro, São João do Itaperiú – SC.

Listagem de equipamentos:

- Patrôlas
- Escavadeiras hidráulicas
- Mini escavadeiras
- Caminhão caçamba
- Caminhão pipa
- Rolo compactador



- Outros veículos de apoio.

4. Histórico de Desastres Naturais e Antropogênicos

- Homologados pelo Estado e reconhecidos pelo Governo Federal
Desastres Naturais e Antropogênicos ocorridos nos últimos dez anos.

Mês /Ano	Classificação do Desastre (COBRADE – Anexo) Homologados pelo Estado e reconhecidos pelo Governo Federal	Breve relato
06/01/2014	<u>SC-F-4216354-12200-20140606</u> Tipificação – escoamento superficial de alta velocidade e energia, provocado por chuvas intensas e concentradas, normalmente em pequenas bacias de relevo acidentado. Caracterizada pela elevação súbita das vazões de transbordamento da calha de vazão.	Enxurradas Fortes chuvas ocorridas no centro e Bairro Toca e Porto do Itaperiú, com precipitação acima da média



18/03/2020	<u>SC-F-4216354-15110-20200318</u> Tipificação: Aumento brusco, significativo, e transitório da ocorrência de doenças infecciosas geradas por vírus.	Doenças Infecciosas virais Propagação do Corona vírus em todo o município.
01/07/2020	<u>SC-F-4216354-13215-20200701</u> Tipificação – são chuvas que ocorrem com acumulados significativos causando múltiplos desastres (ex. Inundações, movimentos de massa, enxurradas, etc.).	Tempestade local/convectiva- vendaval Bairros: Centro, Ribeirão da Toca e Porto do Itaperiú. Devido à alta densidade pluviométrica ocorrida no município ocorreram alagamentos e danos nas estradas municipais.
27/04/2021	<u>SC-F-4216354-15110-20210427</u> Tipificação: Aumento brusco, significativo, e transitório da ocorrência de doenças infecciosas geradas por vírus.	Doenças infecciosas virais Doenças Infecciosas virais Propagação do Corona vírus em todo o município.



26/02/2023	<u>SC-F-4216354-13215-20230226</u> Tipificação – forte deslocamento de uma massa de ar em uma região.	Tempestade Local/Convectiva – Vendaval Fortes ventos acima de 100 km/hora atingindo todo o município. Ciclone descrito como “Ciclone Bomba”
------------	--	---

5. Gestão de Risco em Desastres

O setor saúde participa de todas as etapas da gestão de risco de desastres.

Para desenvolver as atividades da gestão de risco, foi criado pelo Ministério da Saúde, no âmbito da Vigilância em Saúde e Ambiente, o programa VIGIDESASTRES.

Elaborado o **PLANO MUNICIPAL DE PREPARAÇÃO E RESPOSTA A EMERGÊNCIAS EM SAÚDE PÚBLICA (PPR-ESP)**, que tem como objetivo o desenvolvimento de um conjunto de ações, de forma contínua, pelas autoridades de saúde pública, para reduzir o risco da exposição da população e dos profissionais de saúde, reduzir doenças e agravos secundários à exposição e reduzir os danos à infraestrutura de saúde.

Em 2024, o Plano Municipal foi instituído neste município e o ponto focal atualmente é PAULO ROSINSKI, alocado na Vigilância Sanitária.

6. Caracterização das etapas da gestão de risco em desastres.



Etapa	Fase	Objetivo
Redução Elementos da Gestão de risco para evitar ou limitar o impacto adverso de ameaças.	Prevenção	Realizar atividades para evitar o evento ou para impedir a emergência.
	Mitigação	Instituir medidas para limitar o impacto adverso.
	Preparação	Instituir medidas para identificar e reduzir as vulnerabilidades e os riscos.
Manejo Ações que devem ser provenientes do sinal de alerta, intensificação das atividades de rotina e execução de ações necessárias.	Alerta	Divulgar proximidade de uma emergência ou desastres e divulgar ações que instituições e a população devem realizar para minimizar os efeitos ao risco.
	Resposta	Organizar atividades para gerir os efeitos de um evento.



Etapa	Fase	Objetivo
Recuperação Compreende a reabilitação de atividades e serviços e a Reconstrução.	Reabilitação	Organizar ações para o período de transição que se inicia ao final da resposta em se restabelecem, de forma transitória, os serviços básicos indispensáveis.
	Reconstrução	Planejar ações para a nova infraestrutura física, com medidas para redução das vulnerabilidades e riscos.

7. Redução de riscos

Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Prevenção	Monitoramento de eventos nos meios de comunicação local e demais meios disponíveis (INMET, INPE, BDQUEIMADAS, EPAGRI, S2ID, Defesa Civil, etc).	Equipe de multisetorial/vigilância em saúde.
	Recebimento e verificação dos relatórios diários do VIGIDESASTRES Estadual por meio de WhatsApp.	Equipe de multisetorial/vigilância em saúde.



Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Mitigação	Realizar orientações sobre prevenção e sinais e sintomas de doenças agravadas em desastres ambientais	Equipe de multisetorial/vigilância em saúde.
	Capacitar equipes para repasse adequado de informações sobre prevenção de doenças relacionadas aos desastres naturais	Equipe de multisetorial/vigilância em saúde.
	Detectar agravos precocemente para redução de riscos à saúde.	Equipe de multisetorial/vigilância em saúde.
	Realizar medidas de intervenção direta nos casos suspeitos de doenças de veiculação hídrica e de transmissão por alimentos, leptospirose, doenças respiratórias, acidentes com animais peçonhentos e não peçonhentos, tétano acidental, hepatite A e outras.	Equipe de multisetorial/vigilância em saúde.
	Realizar vistorias, fiscalizações, orientações, controle, determinações, normatizações ou quaisquer outras ações relativas aos itens abaixo:	Equipe de multisetorial/vigilância em saúde.



Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
	<ul style="list-style-type: none">- Solicitar Kit Calamidade ao Vigidesastres/SC- Fiscalização de Alimentos;- Fiscalização de medicamentos, produtos e insumos farmacêuticos;- Fiscalização de estabelecimentos de Saúde e de interesse da saúde.	Equipe de multisetorial/vigilância em saúde.
	<ul style="list-style-type: none">- Fiscalização/orientação de abrigos coletivos;	Equipe de multisetorial/vigilância



Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
	<ul style="list-style-type: none">-Fiscalização da qualidade da água para consumo humano;- Fiscalização do destino de resíduos sólidos e entulhos;- Fiscalização do tratamento e destino final adequados de efluentes sanitários);- Controle de vetores e roedores (Endemias/epidemias);-Realizar inspeções sanitárias para controle ambiental o Aedes aegypti- Fiscalização/orientação para destino adequado de animais mortos Saúde do Trabalhador;- Distribuição de material informativo;- Distribuição de Hipoclorito de Sódio 2,5%;- Orientações à população atingida para a volta às casas;- Realizar o aumento do plano de amostragem de água, conforme a Diretriz Nacional do Plano de Amostragem da Vigilância da Qualidade de Água para Consumo Humano;- Monitorar em conjunto com os órgãos/instituições de meio ambiente o processo de limpeza e recuperação de áreas afetadas por produtos químicos;	em saúde.
	<ul style="list-style-type: none">- Restringir o acesso da população em áreas caracterizadas por contaminação química;- Encaminhar os resíduos químicos recolhidos	Equipe de multisetorial/vigilância em saúde.



Redução de riscos	Ações	Coordenadores/Responsáveis
	para aterros industriais; - Verificar as condições de operação dos sistemas de disposição final de resíduos sólidos urbanos e industriais (aterros sanitários, áreas de transbordo, etc.), especialmente quando atingidas por inundações;	
Preparação	Deslocamento das equipes para as regiões de atuação pré-definidas.	Equipe de multisetorial/vigilância em saúde.

8. Resposta

O VIGIDESASTRES/SC propõe a atuação em Emergência de Saúde Pública de Nível Local (ESPIL). A ESPIL possui um nível de resposta com impacto e/ou abrangência restrita à comunidade local e/ou nível primário em saúde pública.

Níveis de resposta	Ações	Coordenadores/Responsáveis
ESPIL	Convocar o COE Notificar o evento Acompanhar as ações de busca e resgate Intensificar as ações de prevenção, promoção, proteção, educação, recuperação e reabilitação, previamente determinadas para o setor saúde Identificar e realizar atividades	Jaime Antonio de Souza (Secretário Saúde) Paulo Roberto Rosinski (Fiscal Sanitário)



	<p>de promoção e assistência à saúde aos atingidos</p> <p>Avaliar os danos às pessoas, no sistema de abastecimento de água, nos abrigos e na infraestrutura de saúde por meio dos formulários de Avaliação de Danos</p> <p>Identificar as necessidades em saúde</p> <p>Intensificar a Vigilância Epidemiológica específica para situações de desastres</p> <p>Monitorar a morbimortalidade e outros efeitos à saúde humana</p> <p>Estabelecer fluxos de atendimento</p> <p>Estabelecer fluxos de informação e comunicação aos gestores e população</p> <p>Sistematizar a operacionalização do manejo e destino de animais mortos.</p>	

8.1 Recuperação

Recuperação	Ações	Coordenadores/Responsáveis
Reabilitação	<p>Avaliar os danos (complementar)</p> <p>Identificar as necessidades para reabilitação</p>	<p>Jaime Antonio de Souza (Secretário de Saúde)</p>



	<p>Reabilitar a rede de serviços de saúde</p> <p>Restabelecer os serviços de fornecimento de água, energia elétrica, transporte e telecomunicações</p> <p>Intensificar as ações de vigilância epidemiológica de doenças decorrentes de inundações</p> <p>Intensificar a necessidade de promover ações para a atenção psicossocial da população e dos trabalhadores envolvidos no processo</p> <p>Intensificar as ações de controle de vetores (mosquitos), reservatórios (roedores) e animais peçonhentos</p> <p>Intensificar as ações de Vigilância Sanitária e executar medidas de controle e de higiene nos ambientes públicos, domiciliares e comércios</p> <p>Fortalecer o atendimento pré-hospitalar e hospitalar</p> <p>Fortalecer fluxo de atendimento para agravos prioritários</p> <p>Apoiar e sistematizar o manejo e destino de animais mortos.</p>	<p>Paulo Roberto Rosinski</p> <p>(Fiscal Sanitário)</p>



9. Organização da resposta às emergências em saúde pública.

9.1 Centro de Operações de Emergência em Saúde (COES)

O COES é o responsável pela coordenação das ações de resposta às emergências em saúde pública, incluindo a mobilização de recursos para o restabelecimento dos serviços de saúde e a articulação da informação entre as três esferas de gestão do SUS, sendo constituído por profissionais das Coordenações-Gerais e Áreas Técnicas da Vigilância em Saúde da Secretaria de Estado da Saúde, bem como gestores de outras instituições envolvidas na resposta (Anexo II, por exemplo) e com competência para atuar na tipologia de emergência identificada. A sua estruturação permite a análise dos dados e das informações para subsidiar a tomada de decisão dos gestores e técnicos, na definição de estratégias e ações adequadas e oportunas para o enfrentamento de emergências em saúde pública. O município em caso de necessidade de ativação do COES entrará em contato com Secretaria de Estado da Saúde, sendo o Secretário de Estado da Saúde o responsável pela ativação do COES (Portaria SES nº 614 e 615 de 2021), com base no parecer técnico conjunto emitido em sala de situação, definindo o nível da emergência (ESPIL, ESPIE, ESPIN, ESPII).

9.2 Sala de situação

Na ocorrência de um evento será formado um comitê interno composto por representantes da Secretaria Municipal de Saúde. Os representantes (Quadro 00) terão as atribuições de acionar os coordenadores responsáveis pelos setores da Secretaria de Saúde para composição da Sala de Situação, coordenar as ações assistenciais e/ou preventivas no âmbito do município e contatar as organizações vinculadas à assistência à saúde.

9.3 Lista de representantes da SMS.

Representantes da Secretaria Municipal de Saúde	Telefone	e-mail
Paulo Rosinski	47 996290649	visa@pmsji.sc.gov.br



Isa Hermann	47 999189073	<i>epidemia@pmsji.sc.gov.br</i>
Cintia Pfeil	47 997100267	<i>cintiapfeil@yahoo.com.br</i>
Shirley Pereira	47 984688324	<i>farmacia@pmsji.sc.gov.br</i>
Cristiane Pylepke	47 999212069	<i>crisaudepylepke@gmail.com</i>
Tatiana Pereira	47 996540340	<i>tatianavz78@hotmail.com</i>
Shirley Regina Bruns Pereira	47 984688324	<i>shibruns@yahoo.com.br</i>
Jaime Antônio de Souza	47999440541	<i>saude@pmsji.sc.gov.br</i>

10. Informações à população

O setor saúde poderá utilizar, nesse contexto, todos os meios de comunicação disponíveis, tanto para de alertas antecipados sobre eventos adversos, quanto para disseminação de notas técnicas, informes e instruções ao corpo técnico e à população para controle das doenças de veiculação hídrica, doenças respiratórias, surtos epidêmicos e outras doenças de importância epidemiológica. Central de Informações (para mídia, profissionais de saúde, população), funcionários da coordenação municipal de proteção e defesa civil, funcionários do corpo de bombeiros e funcionários da assessoria da imprensa da Prefeitura de Massaranduba, através de boletins divulgados nas rádios locais: e outros meios eletrônicos;

- Site oficial da Prefeitura
- Instagram oficial da Prefeitura
- Rádios de alcance regional
- Jornais regionais impressos



GOVERNO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO ITAPERIÚ
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA SANITÁRIA MUNICIPAL



11. Capacitações

O presente plano será apresentado à equipe, em reunião a ser marcada posteriormente, que em seguida. A equipe técnica do município será capacitada conforme a necessidade, para que estas possam ter o conhecimento dos procedimentos necessários para a prevenção, mitigação e recuperação aos desastres.



12. Anexos

12.1 Anexo I - Lista de equipamentos e máquinas

Equipamento/ Máquina	Quantidade	Localização
Patrolas	03	Pátio da Secretaria de obras
Escavadeiras hidráulicas	02	Pátio da Secretaria de obras
Mini escavadeiras	02	Pátio da Secretaria de obras
Caminhão caçamba	03	Pátio da Secretaria de obras
Outros veículos de apoio.	02	Pátio da Secretaria de obras



12.2 Anexo II - Contatos interinstitucionais

Instituições	Nome	Contatos (Telefone institucional e/ou Celular)
DEFESA CIVIL	DILVO TADEU PEREIRA	47-3458-0010
BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS	COMANDANTE CAETANO	47-3458-0752
CASAN	MARCOS	47-3458-0365
CELESC	MARCIA	47-99206-1802
SECRETARIA DE SAÚDE	JAIME ANTONIO DE SOUZA	47- 99944-0541
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	MARIO REDMERSKI	47- 99263-8778
SECRETARIA DE OBRAS	LIRIO REINERT	47-99602-9246
SECRETARIA DO BEM ESTAR SOCIAL	TEREZINHA APARECIDA DOS SANTOS	
POLICIA MILITAR DE SANTA CATARINA	AILTON OLIVEIRA	47-99908-0698
POLICIA CIVIL DE SANTA CATARINA	LUIZ FERNANDO PROPODOSKI	47-3461-1558